

D) ... somam-se outras tantas transmitidas em programas de TV e em palestras.

E) Os desafios no convívio social, familiar e profissional aumentaram em proporção geométrica.

3. A obediência regras sempre foi garantia do avanço da civilização, embora a transgressão elas, confirma História, também tenha propiciado saltos evolutivos.

As lacunas da frase acima estão corretamente preenchidas, respectivamente, por:

A) às - à - à.

B) às - à - a.

C) às - a - a.

D) as - à - a.

E) as - a - à.

4. Com relação ao Manual de Redação da Presidência da República, ao estabelecermos uma relação entre a síntese da escrita, transmitindo o máximo de informações com o mínimo de palavras, e as características exigidas para o texto oficial, estaremos observando o seguinte atributo da redação oficial:

A) formalidade

B) padronização

C) impessoalidade.

D) clareza.

E) concisão.

5. Considerando as normas de uso de "i" ou "e" do Manual de Redação da Presidência da República, pode-se afirmar que está correta a grafia de TODAS as palavras em:

A) contribue/ meretíssimo/verossímil/ infestar.

B) cordial/ despêndio/ possui/ premeiar.

C) ineludível/ privilégio/ feminino/ ansiar.

D) destorção/ discrição/ influi/ dilapidar.

E) aborigine/ dilapidar/ discriminar/ imbuir.

6. As palavras que se acentuam pelas mesmas regras de "conferência", "razoável", "países" e "será", respectivamente, são:

A) necessário, túnel, infundáveis e só.

B) médio, nível, raízes e você.

C) éter, hífen, propôs e saída.

D) trajetória, inútil, café e baú.

E) exercício, balaústre, níveis e sofá.

7. Observe o início do Hino Nacional Brasileiro:

"Ouviram do Ipiranga as margens plácidas

De um povo heroico o brado retumbante..."

Na oração acima, o sujeito é:

A) inexistente.

B) as margens plácidas do Ipiranga.

C) o brado retumbante.

D) indeterminado.

E) um povo heroico.

DIREITO CONSTITUCIONAL

8. O Poder Constituinte classifica-se em Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado. Assinale a alternativa que apresenta as características do Poder Constituinte Originário.

A) Inicial, limitado, subordinado e incondicionado.

B) Decorrente, limitado, subordinado e reformador.

C) Limitado, permanente, autônomo e condicionado.

D) Inicial, ilimitado, subordinado e condicionado.

E) Inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.

9. João, cidadão brasileiro, tomou conhecimento de que determinado agente público estava lesando o patrimônio público, o que ocorria com o desvio de vultosos recursos para sua conta particular.

Com o objetivo de responsabilizar o agente público, de modo que ele fosse obrigado a devolver os valores desviados, João, por intermédio de seu advogado, poderia ajuizar:

- A) Ação Popular.
- B) Reclamação.
- C) Mandado de Injunção.
- D) *Habeas Data*.
- E) Mandado de Segurança.

10. A ação direta de inconstitucionalidade na Constituição Federal de 1988:

- A) tem, dentre os legitimados para sua propositura, o presidente do Tribunal de Contas da União.
- B) tem a defesa do ato normativo ou texto legal nela impugnado feita pelo Procurador Geral da República.
- C) é processada e julgada originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.
- D) é modalidade de controle concentrado de constitucionalidade.
- E) não tem, dentre os legitimados para sua propositura, confederação sindical de âmbito nacional.

11. Considerando as disposições da CF, assinale a opção correta, no que se refere à acumulação de cargos públicos.

- A) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos abrange o exercício de cargo público privativo de médico concomitante com o exercício de medicina em clínica particular.
- B) A acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor é permitida, desde que haja compatibilidade de horários.
- C) Não se estende a sociedades controladas indiretamente pelo poder público a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos.
- D) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos na administração direta não admite exceções.
- E) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende a empregos públicos.

12. De acordo com o texto constitucional, assinale a alternativa correta acerca das Funções Essenciais à Justiça.

A) São princípios institucionais da Defensoria Pública a pluralidade, a divisibilidade e a independência funcional.

B) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

C) É vedado, aos membros do Ministério Público, exercer a advocacia e qualquer outra função pública, inclusive de magistério.

D) O Ministério Público da União compreende apenas o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho.

E) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

13. No que tange à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- A) Somente é cabível no Poder Executivo Federal.
- B) O Estado responde de forma objetiva, independentemente de culpa.
- C) Aplica-se somente aos ocupantes de cargo em comissão.
- D) Não é possível o direito de regresso contra o responsável.
- E) A culpa do Estado deve ser comprovada no processo judicial.

14. Sabe-se que os atos de improbidade administrativa acarretam a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário. Nesse cenário, é correto afirmar:

- A) Os atos de improbidade administrativa somente podem ser praticados de forma dolosa.
- B) Para a aplicação das sanções relativas à improbidade administrativa, é necessário que tenha ocorrido algum tipo de lesão patrimonial ao erário.
- C) Pratica improbidade administrativa o agente público que deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- D) Para a aplicação das sanções relativas à improbidade administrativa, é necessário que o agente público tenha auferido

algun tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego.

E) Não se considera improbidade administrativa o ato de conceder benefício fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

15. Em uma licitação, o ato de adjudicação:

A) consiste na entrega do objeto da licitação ao vencedor do certame.

B) consiste na validação das condições fiscais, econômicas, técnicas e trabalhistas dos licitantes.

C) ocorre quando a área jurídica da organização autoriza a publicação do edital licitatório.

D) ocorre quando a autoridade gestora verifica se o processo licitatório ocorreu de acordo com a lei e com o edital.

E) consiste em verificar se o produto oferecido pelos licitantes está de acordo com o que é indicado no edital, momento em que é gerada uma classificação com as melhores condições em primeiro lugar.

DIREITO CIVIL

16. Luísa possui residências, com ânimo definitivo, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nas quais alternadamente vive. Considerando-se que a residência de São Paulo é onde vive há mais tempo, a residência do Rio de Janeiro é onde passa a maior parte do ano e a residência de Belo Horizonte foi a estabelecida por ela mais recentemente, Luísa possui domicílio em:

A) Belo Horizonte, apenas.

B) São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

C) São Paulo e Belo Horizonte, apenas.

D) São Paulo, apenas.

E) Rio de Janeiro, apenas.

17. Domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

A) Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, ao contrário dos demais bens públicos, podem ser adquiridos por usucapião.

B) Em regra, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

C) O uso comum dos bens públicos não pode ser oneroso.

D) Os bens públicos de uso especial não estão sujeitos a usucapião, mas podem ser alienados para particulares.

E) Os bens públicos de uso comum do povo são aqueles destinados a serviço ou estabelecimento da administração municipal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. Considera-se litigância de má fé, EXCETO:

A) Alterar a verdade dos fatos.

B) Opuser resistência fundada ao andamento processual.

C) Deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso.

D) Interposição de recurso com intuito manifestamente protelatório.

E) Uso do processo para conseguir objetivo ilegal.

19. É certo afirmar:

I. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

II. Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 21 (vinte e uma) horas.

III. No procedimento comum a reconvenção deve ser proposta em peça própria no prazo da contestação, diante da sua autonomia e independência da causa principal.

IV. Feita a citação com hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos,

carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- A) Somente as proposições I e III estão corretas.
- B) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- C) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- D) Somente as proposições II e III estão corretas.
- E) Somente as proposições I e IV estão corretas.

20. Sobre os Recursos estabelecidos no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- A) o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- B) o recurso pode ser interposto somente pela parte vencida.
- C) o recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- D) o recurso pode ser interposto somente pela parte vencida e pelo Ministério Público.
- E) sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles não poderá aderir o outro.

DIREITO PENAL

21. **NÃO** é uma causa de interrupção da prescrição, segundo o Código Penal:

- A) a publicação de acórdão condenatório recorrível
- B) a publicação do edital de citação
- C) a pronúncia
- D) o recebimento da denúncia ou queixa
- E) a publicação de sentença condenatória recorrível

22. De acordo com o Código Penal Brasileiro, quanto à imputabilidade penal e quanto ao crime e seus aspectos, assinale a alternativa correta.

- A) O estrito cumprimento do dever legal é causa legal de exclusão da ilicitude.

B) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação, relativamente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

C) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito, força maior, ou culposa, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

D) O crime é doloso quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

E) Entende-se em legítima defesa quem repele justa agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

23. O art. 38 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre crimes ambientais, traz o seguinte tipo penal: "Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção". Sobre o crime em análise, assinale a alternativa correta.

- A) Trata-se de uma norma penal em branco.
- B) Trata-se de crime próprio em relação ao sujeito ativo
- C) Por ser norma penal especial, não se aplicam as disposições do Código Penal atinente à punição do tipo na modalidade tentada.
- D) Trata-se de crime formal
- E) O tipo não admite a forma culposa.

24. Gregory House, mais conhecido como Dr. House, é um médico cirurgião extremamente conceituado e famoso por sua impar capacidade de elaborar excelentes diagnósticos. Todavia, em uma cirurgia, sem intenção de matar, esqueceu uma pinça dentro do abdômen do paciente, ocasionando-lhe infecção e a morte. Nessa situação, o médico agiu com

- A) culpa, por imperícia.
- B) culpa, por imprudência.
- C) dolo eventual.
- D) culpa, por negligência.

E) dolo direto.

25. Considere a seguinte situação hipotética: Josiane da Paz, 21 anos de idade, conhecida apenas pelo hipocorístico “Jô”, tem pretensão de seguir a carreira de “blogueira”. Ainda em início de carreira, Jô tem fixação por manter-se sempre em forma e orgulha-se pelos diversos elogios que recebe dos seus seguidores em alusão ao seu corpo esbelto. Ocorre que, em uma das festas que participava, por ter abusado do consumo de álcool, acabou mantendo relações sexuais, de maneira consentida, com um amigo, sem a utilização de preservativos e, por isso, acabou engravidando. Temerosa de perder a forma atlética e, conseqüentemente, perder seguidores nas redes sociais, Jô procura, pela internet, informações sobre como interromper a gravidez. Em suas buscas, toma conhecimento de uma equipe médica holandesa, especialista em realização de abortos, com atuação internacional. A referida equipe atende pacientes brasileiras, a bordo de navio mercante de bandeira holandesa, em auto mar, em distância condizentes com a transposição externa da faixa considerada como mar territorial brasileiro e aguarda a vinda das clientes em lanchas. Sabendo que a lei brasileira pune o aborto (salvo em casos específicos, não aplicáveis à situação de Maria) ao passo que a Holanda não pune o aborto, caso Jô utilize os serviços da equipe médica, de acordo com as regras de aplicação do Código Penal:

A) Jô apenas responderia pelo fato, no Brasil, se sobreviesse condenação pela prática do aborto no próximo país em que o navio atracasse, ainda que ela não mais estivesse a bordo.

B) De acordo com as normas insculpidas no Código Penal, nem a equipe médica nem Jô responderiam, no Brasil, pela prática de crime, tendo em vista que esse é típico caso de aplicação da extraterritorialidade condicionada.

C) Se a prática do aborto fosse criminalizada na Holanda, caso Jô tivesse sido absolvida naquele país, em processo que lhe fosse resguardado os princípios da ampla defesa e contraditório, ainda assim responderia pelo fato quando adentrasse o território brasileiro.

D) tanto o médico que provoque o aborto quanto Jô, responderão pelo crime de aborto previsto na lei penal brasileira, mas apenas no caso de ambos adentrarem o território brasileiro, após a prática do fato, tendo em vista que situação exposta atrai a aplicação da teoria da extraterritorialidade incondicionada da lei penal.

E) Se toda a equipe médica for de nacionalidade holandesa, apenas Jô responderá pelo crime, quando retornar à costa brasileira, tendo em vista que na situação hipotética exposta aplica-se a teoria da Nacionalidade ou Personalidade Ativa

26. Com relação ao tempo e ao lugar do crime e à aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta:

A) No ordenamento jurídico brasileiro, é adotada a teoria da ubiquidade quando se fala do tempo do crime, ou seja, o crime é considerado praticado no momento da ação ou da omissão.

B) no caso de tentativa delituosa, considera-se lugar do crime apenas aquele onde o agente tiver praticado atos executórios, não sendo levado em consideração o lugar onde deveria produzir-se o resultado.

C) As leis temporárias, diversamente das leis excepcionais, têm ultra atividade.

D) O Código Penal adota a teoria da atividade, segundo a qual o delito deverá ser considerado praticado no momento da ação ou da omissão e o local do crime deverá ser aquele onde tenha ocorrido a ação ou a omissão.

E) A superveniência de lei penal mais gravosa que a anterior não impede que a nova lei se aplique aos crimes continuados ou ao crime permanente, caso o início da vigência da referida lei seja anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

27. Considerando o disposto na Lei nº 11.343/06 (Lei Antidrogas), assinale a alternativa correta.

A) O tráfico transnacional de drogas não configura uma causa de aumento de pena.

B) Prescreve em 1 ano a imposição e a execução da pena para quem adquirir, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

C) Quem adquirir, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar poderá ser submetido à pena de prestação de serviços à comunidade.

D) Constitui crime punido com pena de reclusão a conduta de oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, à pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem.

E) A Lei nº 11.343/06 não criminaliza a conduta de conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.

28. A conduta de formar ajuste entre ofertantes, visando à fixação artificial de preços, é tipificada como crime contra:

- A) a ordem tributária.
- B) o consumidor.
- C) a fé pública.
- D) a ordem econômica.
- E) as relações de consumo.

29. A conduta do funcionário público que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo:

- A) configura crime de usurpação de função pública.
- B) configura crime de condescendência criminoso.
- C) não configura crime, mas mera infração funcional.
- D) configura crime de concussão.
- E) configura crime de prevaricação.

30. Assinale abaixo a única definição legal do crime de concussão.

- A) Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho.
- B) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- C) Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la.
- D) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- E) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

31. Analise as seguintes assertivas.

- 1) A queixa apresentada contra apenas um dos autores do crime não impõe qualquer efeito jurídico sobre os demais participantes do delito.
- 2) A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.
- 3) Em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício.
- 4) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
- 5) O Ministério Público poderá desistir da ação penal, desde que apresente os fundamentos para tal providência.

Estão corretas, apenas:

- A) 2, 3 e 4.
- B) 2, 3 e 5.
- C) 1, 4 e 5.
- D) 1, 2 e 4.
- E) 1, 3 e 5.

32. Considerando os dispositivos legais referentes ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- A) Estando o indiciado preso, o inquérito policial deverá ser concluído, impreterivelmente, em dez dias, independentemente da complexidade da investigação e das evidências colhidas.
- B) O delegado determinará o arquivamento do inquérito policial quando não houver colhido elementos de prova suficientes para imputar a alguém a autoria do delito.
- C) Tratando-se de crimes de ação penal pública, o inquérito policial será iniciado de ofício pelo delegado, por requisição do Ministério Público ou por requerimento do ofendido ou de quem o represente.
- D) Não cabe recurso administrativo aos escalões superiores do órgão policial contra decisão de delegado que nega a abertura de inquérito policial, mas o interessado pode recorrer ao Ministério Público.

E) Representantes de órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta não podem promover investigação de crime: deverão ser auxiliados pela autoridade policial quando constatarem ilícito penal no exercício de suas funções.

33. Sobre **inquérito policial**, é **correto** afirmar:

A) Elementos de prova colhidos por autoridade policial sem atribuição territorial acarretam nulidade da ação penal respectiva;

B) Um elemento probatório do inquérito policial, ainda que corroborado por outras provas produzidas no contraditório judicial, não pode fundamentar a convicção do juiz;

C) O inquérito policial é procedimento de natureza administrativa, tendo como características a oficialidade, inquisitorialidade, indisponibilidade e discricionariedade.

D) Quando o delegado de polícia toma conhecimento de infração de ação penal pública, por meio de notícia da imprensa, tem-se a notícia crime de cognição mediata;

E) Em crime de ação penal privada exclusiva, o inquérito policial é indispensável para que o ofendido apresente queixa em juízo, pois é vedada a investigação criminal particular;

34. Sobre ação penal, assinale a alternativa correta.

A) A representação exige termo específico em que a vítima, representada por procurador com poderes especiais, declara expressamente que deseja representar contra o autor do fato.

B) Nas ações penais privadas e públicas, aplica-se o princípio da indivisibilidade e da indisponibilidade da ação penal.

C) Qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba ação penal pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações.

D) Nas ações penais privadas subsidiárias das públicas, o prazo decadencial para oferecimento da queixa-crime inicia-se a partir da data em que o promotor de justiça recebeu o inquérito policial relatado com o indiciamento do suposto autor do fato.

E) O prazo para oferecimento da queixa-crime pelo ofendido prescreverá se não exercido dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados do dia em que se tomar conhecimento da autoria do delito.

35. Tourinho Filho define a competência como "o âmbito, legislativamente delimitado, dentro do qual o órgão exerce o seu Poder Jurisdicional". Sobre o tema, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

A) via de regra, a competência será definida pelo local em que foi praticada a infração, ainda que seja outro o local da consumação;

B) tratando-se de infração permanente praticada em território de duas jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção;

C) a distribuição realizada para fins de decretação da prisão preventiva anteriormente à denúncia não prevenirá a da ação penal.

D) não sendo conhecido o local da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio de residência da vítima;

E) no caso de ação penal privada, o querelante poderá preferir o foro de sua residência, ainda que conhecido o local da infração;

36. Apesar de a jurisdição ser una e indivisível, a competência traz critérios legais para definir previamente a margem de atuação de cada magistrado. Sobre esse tema, o Código de Processo Penal dispõe que:

A) não sendo conhecido o local da infração, a competência será determinada pelo domicílio ou residência do ofendido;

B) a teoria adotada para definição da competência territorial é a da Atividade, ou seja, relevante será o local da ação/omissão;

C) nos casos de ação privada, o querelante poderá preferir o foro do domicílio do réu, ainda que conhecido o local da infração.

D) a conexão importará em unidade de processos e julgamento no concurso entre jurisdição comum e militar;

E) quando a prova de uma infração influir na prova de outra infração, a competência será determinada pela continência;

37. Todas as alternativas abaixo constituem características do procedimento previsto pela Lei nº 9.099/1995, a qual instituiu os Juizados Especiais Criminais, EXCETO:

A) a formalidade processual.

B) a competência para julgamento das infrações de menor potencial ofensivo.

C) a celeridade.

D) a oralidade.

E) a economia processual.

38. Sobre o instituto da suspensão condicional do processo, é correto afirmar:

A) será cabível seu oferecimento pelo Ministério Público apenas quando praticado crime de menor potencial ofensivo;

B) o acusado reincidente pela prática de crime doloso não fará jus ao benefício;

C) o comparecimento pessoal semanal é umas das condições a ser necessariamente aplicada pelo magistrado.

D) em que pese o processo fique suspenso, o prazo prescricional continuará correndo normalmente;

E) o acusado que vier a ser processado, no curso do prazo de suspensão, pela prática de contravenção não poderá ter o benefício revogado por este motivo;

39. O recurso adequado para impugnar as decisões proferidas pelo Juiz no procedimento judicial nas situações previstas na Lei de Execução Penal é:

A) recurso em sentido estrito.

B) carta testemunhável.

C) recurso extraordinário

D) apelação.

E) agravo.

40. Breno está sendo processado por crime de furto cometido contra uma empresa pública federal situada na cidade de Porto Alegre, cujo processo tramita regularmente em uma das varas da Justiça Federal de Porto Alegre. No curso do processo o Magistrado competente julgou extinta a punibilidade de Breno após reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal. Inconformado, o Ministério Público Federal poderá apresentar ao E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região recurso:

A) em sentido estrito, no prazo de dez dias.

B) de apelação, no prazo de cinco dias.

C) de apelação, no prazo de quinze dias.

D) em sentido estrito, no prazo de cinco dias.

E) de apelação, no prazo de dez dias.

PROVA DICURSIVA

• Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVA DA PROVA ESCRITA, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.

• Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo correspondente.

• Na folha de texto definitiva, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

• Na avaliação da prova escrita, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até 100,00 pontos, dos quais até 10,00 pontos serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado) e 20,00 pontos ao quesito do domínio da modalidade escrita da língua portuguesa.

TEMA: **Discorra sobre “A ADMISSIBILIDADE DA CONDUÇÃO COERCITIVA NO SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO”.**

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

